

Conselho reúne-se e ouve novas denúncias

Da sucursal de
BRASÍLIA

A última reunião no ano do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, ontem, foi comemorativa ao Dia Internacional dos Direitos Humanos e, além de discursos a respeito do tema e avaliações sobre as atividades do Conselho, foram apresentadas denúncias de violações destes direitos por órgãos governamentais. Até a Presidência da República foi denunciada pelo presidente da OAB, Bernardo Cabral, de desrespeitar a Constituição e o eleitor com o pacote de reforma eleitoral.

Bernardo Cabral também denunciou a utilização de fotos de padres e leigos ligados à Igreja, colhidas durante processos junto à Justiça Federal, em 1973 e em outras ocasiões, e que, recentemente, vieram a público em montagens que procuram desmoralizar líderes religiosos. Essas montagens, todas procurando mostrar padres, freiras e leigos em posições suspeitas e libidinosas foram distribuídas, segundo as denúncias, por pessoas ligadas à Polícia Federal.

Um dos casos explicitados foi o do padre Leopoldo D'Astous, vigário da paróquia São José —, de Brasília, e da professora Teresinha Sales, envolvidos na campanha difamatória investigada pela OAB, seção DF, que concluiu pelo envolvimento policial e utilização de arquivo da Justiça Federal indevidamente. O presidente da CDDPH, ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, se comprometeu a determinar investigações para apurar responsabilidades. A OAB caracterizou a campanha difamatória como ato terrorista e solicitou ação do Ministério da Justiça no sentido de assegurar as garantias para a integridade das pessoas e instituições ameaçadas.

A segunda denúncia de Bernardo Cabral foi encaminhada pela Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Luís, assinada pela promotora de Justiça Helena Barros Heluy. Ela acusa a polícia da Capital do Estado do Maranhão de "ato de terrorismo", com sequestro e tortura do vereador Hécio Silva, professor Luiz Alberto e universitários e massacre de populares.

Helena Beluy solicita providências junto ao CDDPH para evitar que policiais cumpram ameaças feitas a ela, a um juiz e membros da Comissão Justiça e Paz. Denuncia o governador do Maranhão, João Castelo, e o secretário de Segurança Pública e comandante da Polícia Militar como responsáveis pelo "clima de insegurança e desrespeito ao exercício da cidadania", gerados em torno do aumento de tarifas de transportes coletivos. A Comissão Justiça e Paz relata todos os acontecimentos, juntando fitas gravadas e fotografias, como prova de violência arbitrária e desnecessária da polícia maranhense. A denúncia, encaminhada anteriormente ao ministro da Justiça, mereceu de Abi-Ackel apenas um esclarecimento, repetindo as explicações oficiais dadas pelo governo do Estado.

Bernardo Cabral ainda apresentou um projeto de programa de curso de direitos humanos, a ser ministrado em todas as academias de Polícia, de acordo com decisão anterior do CDDPH.

Na parte discursiva da sessão de ontem, o conselheiro Pedro Calmon fez um histórico da Declaração dos Direitos do Homem e concluiu que estes direitos estão sendo respeitados no Brasil, onde não há ditadura e os três poderes estão em pleno funcionamento. Foi contestado pelo representante da Associação Brasileira de Educação, Benjamim Albagli, que considerou a reunião como "velório" do CDDPH, classificado por ele como "inoperante e coonestador de violência e arbítrios".